



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAJAÍ - IPI
Instituído pela Lei Complementar nº 13 de 17/12/2001
CNPJ/MF nº 04.984.818/0001-47



ATA Nº 234 DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP - GESTÃO 2019/2020 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (17/10/2019) às 14h00 (quatorze horas), na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência de Itajaí, reuniram-se em sessão ordinária os conselheiros devidamente nominados representando suas entidades, sob a Presidência da Conselheira Sra. Jane de Fátima Gomes Furtado. Compondo o quórum estavam presentes os Conselheiros: Sra. Constância da Silva Anacleto, o Sr. Fernando Castellón Filho, o Sr. João Alberto da Silva, o Sr. Luciano Pinheiro dos Santos, o Sr. Maurício José da Silva, a Sra. Márcia Bertoldi Pereira, o Sr. Elton José Blageski Junior, a Sra. Fernanda da Silva e a Sra. Jaci Ronchi da Luz. Registradas as presenças da Diretora Presidente do IPI Sra. Maria Elisabeth Bittencourt, do Procurador Autárquico Sr. Vitor Woyakewicz, da servidora responsável pela ouvidoria do IPI Sra. Cristiana Santana e do Diretor Financeiro do IPI Sr. Jean Polidoro. **PRIMEIRO ASSUNTO DO DIA: LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA Nº 233/2019:** A Presidente abriu a reunião com a leitura da ata n. 233/2019, da nona reunião ordinária deste colegiado, sendo esta aprovada por todos os Conselheiros. **SEGUNDO ASSUNTO DO DIA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 25/19:** A pedido da Presidente do CMP, o Procurador do IPI, Sr. Vitor Woyakewicz, fez um breve resumo aos Conselheiros sobre o Projeto de Lei Complementar n. 25/19, em tramitação na Câmara de Vereadores de Itajaí. O Procurador relembrou a reunião extraordinária do CMP, logo após o Decreto n. 11650/2019, no qual alguns questionamentos sobre a situação dos empregados públicos do Porto foram arguidas. O Procurado explicou, ainda, que o PLC não tratava do ingresso dos empregados públicos ao RPPS de Itajaí, porém, discutia-se a possibilidade da Superintendência do Porto de Itajaí e do Município de Itajaí assumir a complementação destes. Os Conselheiros debateram sobre o possível impacto deste PLC para a folha salarial do Município de Itajaí, bem como reafirmaram a impossibilidade jurídica dos empregados públicos ingressarem no Regime Próprio de Previdência dos servidores municipais efetivos de Itajaí. **TERCEIRO ASSUNTO DO DIA: DADOS FINANCEIROS DO IPI:** O Diretor Financeiro do IPI, Jean Polidoro, relatou que a carteira de investimentos do IPI fechou em setembro com uma rentabilidade de 13,40%, muito próxima do dobro da meta atuarial. Explicou, também, que a perspectiva para o próximo ano é de queda dos juros e que, por isso, a tendência é que a carteira de investimentos esteja mais voltada para renda variável e produtos com mais oscilações. Por fim, o Diretor Financeiro comunicou ao CMP que representantes da Caixa Econômica Federal estavam dispostos a vir conversar com os Conselheiros sobre o cenário econômico do próximo ano, bem como sobre a rentabilidade dos investimentos da Autarquia nos produtos do referido banco estatal. Os Conselheiros sugeriram a próxima reunião ordinária como uma data para o encontro, a ser realizada no dia 21/11/2019. **QUARTO ASSUNTO DO DIA: RELATÓRIOS DA CONTROLADORIA INTERNA E DA OUVIDORIA:** A Controladoria Interna e a ouvidoria do IPI foram convidadas para apresentarem relatórios referentes ao primeiro semestre de 2019. A servidora Fernanda da Silva Assaf, responsável pela ouvidoria, contou que das 72 aposentadorias e pensões concedidas no primeiro semestre deste ano, 30 passaram pelo controle interno, totalizando 41,66% dos processos, sendo: 16 de aposentadorias por tempo de contribuição e idade, 05 aposentadoria por invalidez, 04 aposentadoria por idade e 05 pensão por morte. Após análise, concluiu que atos concessivos eram regulares e legais, não sendo encontradas inconsistências ou vícios que

impactassem na elaboração, cálculo e finalização dos processos. Os Conselheiros questionaram sobre a metodologia da análise, respondendo a servidora que os indicadores de quantidade de análise são estipulados no Pró-Gestão e os indicadores de desempenho e de qualidade estavam calcados naquilo que o IPI propõe como a meta a ser atingida. Ato contínuo, a servidora Cristiana Santa, responsável pela ouvidoria, apresentou dados, também, do primeiro semestre. Segundo a servidora, neste período foram contabilizadas 03 reclamações, todas a respeito de vagas para estacionamento nos arredores do IPI, sendo que a gestão do IPI adotou como providência a sinalização de três novas vagas exclusivas para idosos. Além, disso, a servidora comentou que com relação à pesquisa de satisfação, houve 184 avaliações, sendo 182 classificados como “ótimo/bom” e dois como “regular/ruim”. Quanto aos elogios, explicou que versam sobre a organização da Autarquia, os servidores prestativos e bem preparados para esclarecer as dúvidas. Os Conselheiros ressaltaram a importância de se manter instrumentos de controle, tanto internos – como a controladoria – quanto externos – como a ouvidoria – a fim de que se possa estar sempre evoluindo no atendimento aos segurados. Destacaram, ainda, que tão importante quanto manter canais de diálogos com os segurados é realmente ouvi-los, atendendo suas reivindicações. Por fim, os Conselheiros parabenizaram as servidoras pelos relatórios apresentados e sugeriram que o CMP acompanhasse a evolução dos dados levantados semestralmente.

QUINTO ASSUNTO DO DIA: ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DE 2020:

A Presidente do CMP iniciou o assunto explicando que a empresa responsável pelo módulo de eleição *online* – Actuary - não pôde estar presente, mas que responderiam os questionamentos via *skype*, após uma breve apresentação do módulo “eleição”. Desta forma, o módulo foi apresentado aos Conselheiros, simulando-se um pleito eleitoral sob a ótica do segurado votante. Os Conselheiros fizeram os seguintes questionamentos: 1) Como é o funcionamento do sistema de eleição e quais as garantias de segurança? 2) O período de votação pode ser estendido por mais de um dia? 3) Como se dá a apuração dos votos? 3) Há formas de auditar/recontar os votos? 4) O sistema mantém registro de suas operações? 5) Os segurados votantes poderão usar seu cadastro no Portal do Servidor do IPI? Sendo as respostas: 1) O sistema é totalmente on-line. Durante a apresentação foi possível visualizar que o sistema tem o objetivo não só de controlar a votação, mas sim de ser um sistema que gerencia todo o pleito eleitoral, desde a publicação da eleição, com os cargos disputados, candidatos, informações até a votação em si. A segurança é tratada através de senhas pessoais para acessar a parte administrativa da eleição. O voto é liberado para os eleitores mediante senha pessoal ou outra forma de comunicação com servidores externos, por exemplo, um banco de dados do RH da Prefeitura. A comunicação é toda realizada através do protocolo HTTPS, assim como nos *internet banking* de bancos e outras instituições financeiras. Portanto, totalmente seguro; 2) O período de votação pode se estender pelo período desejado. Os votos vão sendo armazenados conforme eles ocorrem. A comissão eleitoral pode acompanhar o número de votos dia a dia. Porém, não existe apuração parcial. Somente após o período de votação se encerrar é que é possível computar (calcular) o número de votos. 3) A apuração do resultado é realizada por UM usuário específico, o qual deve ser membro da comissão eleitoral. Este usuário irá executar uma rotina no sistema que irá apurar os votos armazenados no período de votação. O sistema armazena os votos que o candidato obteve, registrando a data e hora do voto. Porém, o sistema não armazena a relação entre Eleitor X Candidato, para garantir o sigilo do voto. A recontagem dos votos pode ser realizada a qualquer momento, porém, uma vez realizada a contagem a chance de existir erro é zero; 4) Toda a operação realizada na parte administrativa da eleição é registrada em LOG de auditoria dentro do sistema. Ou seja, desde a abertura da eleição até o seu encerramento, é possível saber qual usuário, incluiu, alterou, excluiu e realizou demais operações no sistema. 5) Sim, os segurados já cadastrados no Portal do Servidor do site institucional do IPI poderão usar o mesmo cadastro para a votação. Após a apresentação, os Conselheiros deliberaram por unanimidade por fazer a eleição do Conselho Fiscal via *online*, ressaltando que tal escolha facilitaria a participação de todos os servidores. Ato contínuo, os Conselheiros passaram a discutir os três nomes que integrarão a comissão de organização

do Conselho Fiscal, sendo escolhidos os Conselheiros: Sra. Fernanda (IPI), Sr. Luciano (Governo) e Sr. Fernando (Sindicato). A comissão ficou responsável por trazer o edital da eleição para análise dos demais Conselheiros na próxima reunião ordinária. Nada mais havendo, foi encerrada a décima reunião ordinária deste colegiado. Eu, Fernando Castellón Filho, Secretário, lavrei a presente que depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes. Itajaí (SC), 17 de outubro de 2019.

JANE DE FÁTIMA GOMES FURTADO
PRESIDENTE

FERNANDO CASTELLON FILHO
SECRETÁRIO

LUCIANO PINHEIRO DOS SANTOS

CONSTÂNCIA DA SILVA ANACLETO

MÁRCIA BERTOLDI PEREIRA

ELTON JOSÉ BLAGESKI JUNIOR

JOÃO ALBERTO DA SILVA

FERNANDA DA SILVA ASSAF

MAURÍCIO JOSÉ DA SILVA

JACI RONCHI DA LUZ